

# PROCESSO DE VINCULAÇÃO AFETIVA DE CRIANÇAS ADOTADAS NA PERSPECTIVA DOS PAIS ADOTANTES

*Affective attachment process of adopted children from the perspective of adoptive parents*

*Proceso de vinculación afectiva de niños adoptados en la perspectiva de los padres adoptivos*

ELISANDRA PAULINA<sup>1</sup>  
LUANA FERREIRA<sup>2</sup>  
SUELI TEREZINHA BOBATO<sup>3</sup>  
ANA PAULA SESTI BECKER<sup>4</sup>

**Resumo:** Este estudo propõe-se a analisar o processo de vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva de pais e mães adotantes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada a partir de entrevistas com seis mães e cinco pais com idade entre 31 e 55 anos, que adotaram crianças com três a seis anos. Os dados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo. Os resultados evidenciaram que os principais motivos para a adoção foram a infertilidade e sentimentos altruístas. Em relação às dificuldades parental-filial no processo de convivência, emergiram questões relacionadas ao cumprimento de regras, padrões educativos da família e falta de apoio social. Constatou-se que o vínculo afetivo foi construído gradativamente, evidenciando-se preocupação de que os filhos sejam bem-sucedidos e de boa índole. Observa-se de forma implícita, o receio da transmissão hereditária de aspectos da personalidade da criança e, em decorrência, a reprodução de mitos acerca da adoção.

**Palavras-chave:** adoção; vínculo; parentalidade; infância

**Abstract:** *This study aims to analyze the process of affective attachment of children adopted from the perspective of adoptive parents. This is a qualitative research based on interviews with six mothers and five fathers between the ages of 31 and 55, who adopted children aged three to six years. The data were analyzed based on the technique of content analysis. The results showed that the main reasons for adoption were infertility and altruistic feelings. Regarding the parental-filial difficulties in the coexistence process, issues related to compliance with rules, family educational patterns and lack of social support emerged. It was observed that the affective bond was gradually built, evidencing the concern that the children are successful and of good nature. Implicitly, there is fear of the hereditary transmission of aspects of the child's personality and, consequently, the reproduction of myths about adoption.*

**Keywords:** adoption; affective bond; parenting; childhood

**Resumen:** *Este estudio se propone analizar el proceso de vinculación afectiva de niños adoptados en la perspectiva de padres y madres adoptivos. Se trata de una investigación cualitativa realizada a partir de entrevistas con seis madres y cinco padres con edades entre 31 y 55 años, que adoptaron niños de tres a seis años. Los datos se analizaron sobre la base de la técnica de análisis de contenido. Los resultados evidenciaron que los principales motivos para la adopción fueron la infertilidad y los sentimientos altruístas. En relación a las dificultades parental-filial en el proceso de convivencia, surgieron cuestiones relacionadas al cumplimiento de reglas, patrones educativos de la familia y falta de apoyo social. Se constató que el vínculo afectivo fue construido gradualmente, evidenciándose preocupación de que los hijos tengan éxito de buena índole. Se observa de forma implícita, el temor de la transmisión hereditaria de aspectos de la personalidad del niño y en consecuencia, la reproducción de mitos acerca de la adopción.*

**Palabras clave:** adopción; vínculo; maternidad; paternidad; niños

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí, Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI, Itajaí (SC), Brasil. Rua Laci Batista Ferreira, 156 Gravatá - Penha - CEP: 88385-000. e-mail: elisandrapaulina@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí, Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI, Itajaí (SC), Brasil. Rua das Araras, 300 apto. 202, Rio Branco, Brusque, CEP: 88350-736. e-mail: luanaferreira.psicologia@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Psicologia e docente orientadora pela Universidade do Vale do Itajaí, Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI, Itajaí (SC), Brasil. Rua 904, n.230, apto 302 - Centro - Balneário Camboriú / SC - CEP: 88330-590. e-mail: suelibobato@univali.br

<sup>4</sup> Doutoranda em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis (SC), Brasil. Rua 1201, n.120, apto 903 - Centro - Balneário Camboriú/SC - CEP: 88330-792. e-mail: anapaulabecker.psicologia@gmail.com

## Introdução

O número de crianças e adolescentes que vivem em abrigos vem crescendo nos últimos anos (Brasil, 2017; Mariano & Rossetti-Ferreira, 2008; Alves, 2011; Rossetti-Ferreira *et al.*, 2012). Conforme dados do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos - CNCA, em 2012 no Brasil, havia mais de 36.437 crianças vivendo nesses contextos (Brasil, 2012). Alves (2011) salienta que mais de 80 mil crianças estão acolhidas em instituições, mas apenas 10% desse total estão aptas para adoção. As demais aguardam a finalização dos processos de destituição do poder familiar. O artigo 19 do ECA propõe que toda criança tem o direito de viver em família, preferencialmente na sua família biológica; não sendo possível, isto se faz em família substituta que promoverá a sua convivência familiar e comunitária (Brasil, 1990).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o serviço de acolhimento institucional é direcionado às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. As unidades de acolhimento, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, devem estar localizadas na comunidade de origem dos acolhidos (Brasil, 2006; Silva, Denardi, Becker & Delvan, 2015). Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990) estabelece que o abrigo se constitui como uma condição transitória, não podendo exceder a dois anos, devendo a criança ser reavaliada periodicamente pelo programa de acolhimento familiar ou institucional.

Nesta perspectiva, a adoção surge como possibilidade de oferecer à criança a oportunidade de continuar investindo na construção dos relacionamentos sociais mais estáveis e vínculos afetivos mais duradouros, em um novo e definitivo ambiente familiar (Cavalcante & Magalhães, 2012). Como um ato jurídico, a adoção cria relações de paternidade e filiação entre duas pessoas, fazendo com que o adotado se desenvolva dentro de um núcleo familiar, independente do ato biológico (Leite & Angeluci, 2006). No entanto, à revelia da sua irrevogabilidade em termos judiciais, Ghirardi (2008) salienta que as devoluções ocorrem, principalmente em certos contextos em que a intensidade dos conflitos familiares culmina no rompimento do vínculo afetivo entre pais e filhos adotivos, tendo como consequência o retorno da criança ao abrigo.

Não há estatísticas para o número de crianças devolvidas no Brasil, porém a Comissão Estadual de Adoção de Santa Catarina revelou que, em 2011,

cerca de 10% das crianças abrigadas por conflito familiar seriam procedentes de adoções que não deram certo, ou seja, sofreram o segundo abandono (Brasil, 2013). Nestas situações ocorre mais uma vez a interrupção dos relacionamentos com as figuras de apego.

Entende-se o apego, como um tipo de vínculo afetivo biologicamente inato entre os seres humanos que visa à busca pela proximidade com outro indivíduo – *figura ou objeto de apego*, identificado como alguém disponível que oferece respostas e proporciona um sentimento de segurança, sendo considerado como mais preparado para lidar com o mundo (Bowlby, 1988). Para Ainsworth (1989) o conceito de apego relaciona-se diretamente à noção de vínculo afetivo, o qual pressupõe uma relação relativamente duradoura de afetividade atuando enquanto representações de relacionamentos e/ou de interações com figuras significativas (Ramires, & Schneider, 2010).

Para Rossetti-Ferreira *et al* (2012), o papel da Teoria do Apego de Bowlby enfatiza a importância do estabelecimento e manutenção de vínculos afetivos desenvolvidos na infância, apontando repercussões adversas ao desenvolvimento infantil quando a criança apresenta dificuldades ou separações e rupturas no estabelecimento de vínculos. Esta teoria constitui um bom exemplo nas ciências do desenvolvimento humano para a definição das políticas e práticas sociais de educação e proteção de crianças e jovens, contribuindo para consolidar uma concepção de criança enquanto sujeito de direitos. No entanto, também estabeleceu significações socialmente cristalizadas do que é necessário para um desenvolvimento saudável ou patológico, dentro de um modelo naturalizado de desenvolvimento. Os respectivos autores afirmam que o ser humano constrói vínculos afetivos por toda a vida, de modo que tanto o passado como o presente são significativos, havendo então a possibilidade de reconstrução dos vínculos afetivos.

Nesse sentido é possível pensar em ressignificações afetivas que as crianças adotadas podem vir a desenvolver em um novo contexto familiar. Conforme Schettini, Amazonas e Dias (2006), para que as famílias adotivas possam construir dinâmicas mais favoráveis, aponta-se a relevância em trabalhar as questões do processo adotivo de modo preventivo. Deve-se considerar que o filho a ser adotado, traz consigo uma história pré-adotiva que não pode ser negada, mas que deve ser integrada à história de vida atual da criança. Tais questões, nem sempre são simples, entretanto quando a nova família encontra o ritmo adequado para o manejo das diferenças e

permite a sua integração, bem como a descoberta das afinidades, oportuniza à criança a formação de novos vínculos afetivos, segurança e ambiente satisfatório; enquanto que para os pais, possibilita o exercício da parentalidade (Schettini, Amazonas & Dias, 2006).

Revisões de literatura no âmbito nacional (Alexandre, & Vieira, 2004; Mendes, 2007; Sonogo, 2007) apontam que estudos na perspectiva do processo de vinculação afetiva entre pais e filhos adotivos são escassos. Portanto, identifica-se uma lacuna importante nas produções científicas que abordem tal temática, especialmente sobre a compreensão dos fatores que interferem de forma favorável ou desfavorável no processo de adoção. Diante do exposto, este estudo apresenta como objetivo geral analisar o processo de vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva dos pais adotantes. E especificamente, visa identificar os motivos que levaram os pais adotantes ao processo de adoção; indicar os rituais da fase de preparação dos pais adotivos para a espera do filho adotivo; identificar os sentimentos e expectativas que as famílias adotivas vivenciaram antes da chegada da criança; caracterizar o processo de vinculação entre a criança e os pais adotantes; apontar as dificuldades vivenciadas pelas famílias no estágio de convivência com a criança e descrever as expectativas dos pais adotantes em relação ao convívio com a criança no decorrer do seu desenvolvimento.

## Método

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa do tipo exploratório-descriptiva. A pesquisa qualitativa busca refletir sobre o significado individual ou coletivo de um fenômeno atribuído para a vida humana. É em torno desse significado que as concepções passam a ser construídas, entendidas e que as pessoas

organizam suas vidas. O método qualitativo visa o aprofundamento e o conhecimento do querer-dizer sobre as coisas, ou seja, ao sentido que é dado aos fenômenos (González-Rey, 2002; Turato, 2005).

## Participantes

Participaram desta pesquisa seis mães e cinco pais com idade entre 31 e 55 anos, que adotaram crianças com idade entre três a seis anos. A seleção dos participantes ocorreu a partir do seguinte critério: ter realizado a adoção há no mínimo um ano e no máximo cinco anos.

Pela dificuldade de encontrar participantes dentro do critério estabelecido foi adotada a técnica de amostragem por conveniência não probabilística por meio do fornecimento dos contatos decorrentes dos dados cadastrais de pais adotantes, disponibilizados por um Fórum da região do Vale do Itajaí. Também foi utilizada a técnica “bola de neve” (Marquezino & Araújo, 2014), buscando-se contatos com outros casais, indicados por pessoas conhecidas. Após a coleta e transcrição das entrevistas, procedeu-se à sistematização dos resultados.

## Dados sociodemográficos

Dentre os 11 participantes do estudo, dois casais e uma participante divorciada adotaram uma criança (P1 e P2; P5 e P6; P11), um casal adotou duas crianças que eram irmãos (P3 e P4) e dois casais adotaram três crianças (P7 e P8; P9 e P10). Ressalta-se que uma criança do casal P7 e P8 não foi contemplado neste estudo por apresentar idade de um ano, não atendendo aos critérios de inclusão da amostra. Destes, 10 eram casados e 01 era divorciada, tendo esta última realizada a adoção de forma independente.

**Tabela 1:** Distribuição em frequência simples dos dados sociodemográficos dos pais adotantes

<i>Participantes</i>	<i>Idade</i>	<i>Sexo</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Estado civil</i>	<i>Filhos adotivos</i>	<i>Filhos biológicos</i>
<b>P1</b>	49	Feminino	Superior Completo	Casado	01	00
<b>P2</b>	46	Masculino	Superior Completo	Casado	01	00
<b>P3</b>	40	Feminino	Superior Completo	Casado	02	00
<b>P4</b>	51	Masculino	Superior Completo	Casado	02	00
<b>P5</b>	35	Feminino	Ensino Médio Inc.	Casado	01	00
<b>P6</b>	36	Masculino	Ensino Fund. Inc.	Casado	01	00
<b>P7</b>	38	Feminino	Superior Completo	Casado	03	00
<b>P8</b>	38	Masculino	Ensino Médio Completo	Casado	03	00
<b>P9</b>	47	Feminino	Ensino Médio Completo	Casado	03	02
<b>P10</b>	46	Masculino	Superior Completo	Casado	03	01
<b>P11</b>	50	Feminino	Superior Completo	Divorciado	01	00

Na sequência, a Tabela 2 apresenta as características das crianças adotadas no que se refere ao sexo, escolaridade, idade no momento da adoção e idade no momento da coleta de dados. Das 10 crianças, seis são do sexo masculino, adotados com idade entre dois a sete anos. O predomínio de idade, para

ambos os sexos, no momento da adoção se deu entre dois e cinco anos (8). Atualmente a maioria destas crianças têm idades entre sete a dez anos (6) e as demais entre três a seis anos (4). Quanto ao nível de escolaridade, a maioria se encontra no ensino fundamental, entre o primeiro e quarto ano (8).

**Tabela 2:** Distribuição em frequência simples dos dados sociodemográficos das crianças adotadas

<i>Dados de identificação</i>	<i>Variáveis</i>	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	<i>Frequência</i>
<b>Idade no momento da adoção</b>	2 - 3	3	1	<b>4</b>
	4 - 5	1	3	<b>4</b>
	6 - 7	0	2	<b>2</b>
<b>Idade da criança atualmente</b>	3 - 4	1	0	<b>1</b>
	5 - 6	1	2	<b>3</b>
	7 - 8	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>
	9 - 10	0	2	<b>2</b>
<b>Escolaridade</b>	Educação infantil	1	1	<b>2</b>
	Ensino fundamental	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>8</b>

Conforme os dados apresentados na Tabela 2 evidencia-se que as adoções podem ser caracterizadas como tardias. De acordo com Barbosa (2006), Oliveira e Reis (2012) a adoção tardia é o termo designado ao processo de adoção que ocorre quando a criança tem idade acima de dois anos. Nesta faixa etária, as crianças já conseguem se perceber diferenciada do outro e do mundo, com certa independência do adulto para realizar suas necessidades básicas.

## **Instrumento e Procedimentos**

Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, a qual foi gravada e transcrita na íntegra, garantindo-se a fidedignidade dos dados. Ao se utilizar dessa técnica, o entrevistador combina perguntas abertas e fechadas, cujo entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto de modo informal (Boni & Quaresma, 2005).

Após a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade por meio do Parecer Consubstanciado nº 1.014.199 de 27/03/2015 que aprova o protocolo, com base nas prerrogativas éticas exigidas na Resolução CNS 466/12, procedeu-se à coleta de dados. Os pais foram convidados a participar da pesquisa conforme contato telefônico realizado pela psicóloga forense e pelas pesquisadoras. Com o aceite de participação da pesquisa, agendou-se um horário para realização da entrevista, a qual ocorreu em local indicado pelos participantes em sua residência, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A análise de dados foi realizada consoante à técnica de análise de conteúdo, mais especificamente por

categorias temáticas, que conforme Bardin (2011), refere-se a um método de pesquisa que visa interpretar comunicações por meio de uma descrição sistemática, a fim de compreender criticamente o sentido manifesto ou latente do conteúdo. Por fim, após as etapas do processo, agruparam-se cinco categorias temáticas, a saber: Motivos da adoção; Preparação para a espera do filho; Dificuldades vivenciadas no processo de adoção; Processo de vinculação entre a criança e os pais adotantes e; Expectativas em relação ao convívio.

## **Resultados e discussão**

### **Motivos da adoção**

Dentre os onze participantes do estudo, três casais (P1 e P2; P3 e P4; P5 e P6) apresentaram itinerário junto à Medicina com o objetivo da fecundação e/ou manutenção da gravidez, em decorrência de histórico de abortos espontâneos (2) e infertilidade masculina (1). Apenas um dos casais recorreu à inseminação artificial não obtendo sucesso, além de problemas hormonais da esposa, conforme relatos: *“a princípio eu tinha varicocele (...) praticamente a probabilidade era baixa para fecundar, fiz cirurgia, foi corrigido e depois nós fizemos tratamento; daí não deu certo (...) e fizemos a segunda inseminação assistida, daí P3 começou a ter alteração hormonal, então decidimos entrar na fila da adoção. Porque o nosso sonho era ter filhos, então a gente encontrou essa maneira de realizar esse sonho” (P3 e P4).*

Três participantes (P7 e P8; e P11) relataram que desejavam fazer o bem para alguém e optaram pela

adoção sem tentativas anteriores de gravidez. E P11 refere que desde sua adolescência tinha o desejo de adotar uma criança, mesmo podendo ter filhos biológicos. Os relatos abaixo são ilustrativos dos principais motivos da adoção: “*Eu podia ter filhos biológicos, com 17 anos eu falava que queria adotar. Eu falo que veio no meu chip sabe, aquela coisa de querer mudar o mundo; (...) eu achava que poderia ter uma contribuição, então eu falei que eu ia adotar, que eu não ia ter filho biológico. E isso veio comigo sempre, então eu falo que já veio na minha condição, não foi por uma necessidade*” (P11).

*“Ah, o desejo! Não tem explicação. Você quer ser mãe, você quer engravidar. Eu queria ser mãe, eu queria adotar! Não tem uma coisa especial, eu sempre quis adotar, a gente queria fazer o bem para alguém”* (P7 e P8).

Os motivos da adoção elencados nos relatos dos participantes foram principalmente pelo desejo de fazer o bem a alguém e ainda, pela dificuldade de ter filhos biológicos. Estes resultados vão ao encontro com os achados de Levinzon (2006), o qual evidenciou que os motivos para a adoção estavam em sua grande maioria atribuídos à infertilidade, ao desejo anterior de adotar uma criança sem que haja a impossibilidade de engravidar e ao argumento de que existem muitas crianças necessitando de uma família. Santos e Fonseca (2011) destacam que vários são os motivos que levam os solteiros a adotar, sendo suas motivações o desejo de ser mãe e o medo da solidão como principais motivadores.

### **Processo de preparação para a espera do filho adotivo**

A preparação para a espera do filho adotivo se inicia a partir do perfil levantado no momento do cadastro. Dentre os pais entrevistados, seis participantes (P1 e P2; P7 e P8; P9 e P10) preencheram inicialmente um perfil de crianças de até sete anos de idade de qualquer cor e sexo; e uma participante (P11) esperava uma criança também até sete anos de idade, porém do sexo masculino. Dos seis acima, dois casais (P1 e P2; P9 e P10) escolheram a possibilidade de adotar dois ou três irmãos. Outros dois casais (P3 e P4; P5 e P6) inicialmente preencheram um perfil de crianças até um ano de idade, mudando o perfil para adoção tardia após o curso preparatório do Fórum, no qual se remeteram para dar entrada ao processo de adoção, conforme relatos a seguir:

*“A gente passou pelo curso. Foi aquele curso que mudou a nossa cabeça, eles passam um vídeo muito legal, que pai não é só pai de bebê, pai é*

*pai de criança mesmo. Então aquele curso mudou totalmente a nossa cabeça”* (P5 e P6).

*“Aqui tem um grupo de apoio à adoção e a gente participou. A nossa ideia mudou, o nosso perfil aumentou devido a depoimentos. A gente viu vários casais dando depoimentos bem bons, assim, que é possível, que é feliz. Então eu e o P6 conversamos e decidimos ampliar a faixa etária”* (P5 e P6).

Evidencia-se que a preparação dos pais adotantes está relacionada às condições socioeconômicas, bem como às concepções que cada um possui a respeito do enfrentamento da realidade pela criança adotada. No entanto, todos os pais entrevistados participaram do curso preparatório. Percebeu-se por meio dos relatos que o grupo de pais adotantes, oferecido pelos Fóruns, é o momento em que os futuros pais podem expor suas angústias, trazendo como resultado a diminuição da ansiedade apresentada pela grande maioria dos entrevistados. Schettini, Amazonas e Dias (2006) também encontraram em sua pesquisa tal descrição para o curso preparatório, sendo avaliado como atenuador de ansiedade do processo de adoção. E, conforme Sequeira e Stella (2014), o objetivo destes grupos é diminuir os conflitos existentes entre os pais e a criança adotada por conta dos novos papéis de pai, mãe e filho, agora presentes na família. Os grupos para pais adotantes favorecem também a elaboração da infertilidade a fim de suscitar a adoção plena, “no sentido de querer de fato uma criança e tudo que vem junto com ela” (p.74).

Em relação aos sentimentos e expectativas antes da chegada da criança, os participantes apontaram desde aspectos estruturais relacionados a espaço físico e aquisição de pertences pessoais para a criança como brinquedos e roupas, até aspectos psicológicos de cada um dos pais adotivos como manifestações de ansiedade e preocupação, bem como aspectos relacionais do próprio casal que eram mediados por processos comunicacionais na diade conjugal. Todos os participantes sentiram-se ansiosos durante alguma fase do processo de adoção, desde o período de inscrição no cadastro até o momento de conhecer as crianças, apesar de terem vivenciado um momento de grande emoção quando as conheceram, conforme fala a seguir: “*Uma emoção muito grande. Muito grande assim e ao mesmo tempo com medo também. É um desafio*” (P3 e P4). Cinco participantes (P5 e P6; P9 e P10; P11) sentiram-se ansiosos logo no início do processo de adoção, conforme seus respectivos relatos: “*daí quando tu faz o cadastro, tu já quer a criança na hora né, tu não quer ficar esperando*” (P9 e P10). “*Foi bem angustiante, porque a gente fica ansioso, né. Aí tem*

*bastante exames médicos porque a gente não tá adotando um animal, tá adotando uma criança” (P5 e P6). “Então nesse período passa por tudo, você engravida, você perde o bebê, você está no trabalho, você imagina como vai ser no trabalho... porque é a qualquer momento. Então você passa por diversas emoções” (P11).*

Tais aspectos também foram evidenciados na pesquisa de Oliveira, Magalhães e Pedroso (2013), cujos autores identificaram mudanças no ambiente familiar desde a estrutura física até as dificuldades relacionais entre os cônjuges com mudanças nos papéis de cada membro, o distanciamento da díade e uma triangulação com a chegada da criança. O aumento dos afazeres domésticos, o cuidado com a criança e atenção ao parceiro estão entre as dificuldades enfrentadas pelos casais.

Em relação aos sentimentos e expectativas antes da chegada da criança, aponta-se que a ansiedade causada pela demora no processo de adoção está intimamente ligada à expectativa que os pais colocam sobre os filhos. Em conformidade com o estudo de Levinzon (2006), tanto os pais adotivos quanto biológicos têm a necessidade de encontrar suas expectativas em seus filhos. Todavia, os pais adotivos passam pelo desafio que é encontrar a criança ideal na criança real decorrente das características peculiares da adoção, como: a falta de vínculo genético, o fato de não terem acompanhado a criança desde o seu nascimento, as fantasias em relação aos pais biológicos, as diferenças étnicas, entre outros. Huber e Siqueira (2010) afirmam que esperar pela efetivação da adoção é um momento que exige muito dos pretendentes. Essa fase de espera acontece pela transição da conjugalidade para a parentalidade, em que os pretendentes ainda não são pais, mas também não esperam o filho com data prevista, como acontece na gravidez. Assim, durante a idealização do filho tão esperado e da relação que será estabelecida entre pais e filhos adotivos, podem-se desencadear sentimentos ambivalentes e ansiogênicos.

### **Dificuldades vivenciadas no estágio de convivência**

Após conhecerem as crianças, dois casais participantes (P1 e P2; P9 e P10) passaram pelo período de convivência. Neste período, a criança passa os finais de semana com os pais pretendentes e retorna ao abrigo durante a semana, passando por avaliações periódicas da equipe responsável pelos processos de adoção do Fórum. O período de convivência com a criança adotada pelo casal P1 e P2 durou dois meses,

posteriormente foi feita a petição à juíza responsável para que a criança passasse as férias escolares com o casal, decorrendo na adoção após este período, conforme o respectivo relato: *“É, final de outubro a gente o conheceu, daí ele veio passar todos os finais de semana conosco (...). Final do ano a gente conversou com a juíza para ele passar o natal com a gente e as férias, pois a gente já tinha intenção de adotá-lo” (P1 e P2).*

O período de adaptação é bastante relevante. Conforme Silva (2011), a criança precisa passar por um período de adaptação para assimilar as mudanças que ocorrem e ocorrerão na sua vida, de maneira que sejam facilitadas a convivência, bem como a construção dos vínculos, os quais dependerão da forma que a família adotiva conduzir esse processo de adaptação. Os demais participantes (P3 e P4; P5 e P6; P7 e P8; P11) não passaram pelo período de convivência ou adaptação antes da adoção. Apenas um casal (P3 e P4) precisou esperar alguns dias para buscar as crianças devido à necessidade de preparação psicológica das mesmas. Segundo Oliveira, Magalhães e Pedroso (2013), a adaptação dos pais com as crianças e vice-versa, bem como a rede de apoio são fatores que trazem grandes contribuições principalmente às primeiras relações da nova família e as mudanças no ambiente familiar decorrentes da nova configuração.

A maior parte dos participantes (P1 e P2; P3 e P4; P5 e P6; P11) tiveram dificuldades com a educação dos filhos quanto ao cumprimento das regras. O casal P3 e P4 relatou ter dificuldade com o estabelecimento de limites às crianças, que logo apresentavam o comportamento de choro, conforme salientam: *“Não é pelo fato de eles serem adotados que eles vão ganhar tudo que querem, não acontece isso. Tanto é que eles recebem não, muitos não quando necessário e sempre falamos os porquês dos não. Lidamos sem precisar bater (...). Porque eles nos testam, crianças testam os pais. Claro que tem dias que a gente precisa conversar mais sério, como todas as crianças”.*

Outras dificuldades também emergiram, tais como: questões relacionadas ao padrão alimentar da criança e a falta de apoio social, conforme as narrativas:

*“Ela queria comer o tempo todo, suco, bolacha, salgadinho. Era no tempo dela. - Eu quero agora, eu quero agora! Quando ela saía, a gente pedia: - Não vai pedir nada, pede pra mim que eu te dou. Quando ia à casa de alguém ou numa loja. Mas era só a gente chegar, ela pedia - o tia, dá uma bolacha dessas pra mim?” (P5 e P6).*

*“No início foi bem difícil, fiquei muito deprimida, muito sozinha. As pessoas não sabem como te*

*ajudar, familiares, amigos, ninguém sabe como te ajudar (...). Se eu devolvesse ele, eu ia me sentir um lixo. Você se sente muito impotente. Eu me sentia a pior mãe do mundo, a pior pessoa do mundo por não saber lidar com a agressividade dele (...) O primeiro mês foi infernal. No começo ele falava: Eu vou "embolar" dessa casa! Ele tinha essa percepção do que estava acontecendo ali (P11)".*

No que se refere aos comportamentos externalizantes da criança, Bolsoni-Silva e Loureiro (2011) também verificaram que os comportamentos dos filhos, como agressividade e não aceitação das regras são os que mais incomodam os pais. Pais que usam do afeto e da comunicação assertiva nas práticas educativas parentais obtêm maiores resultados positivos na educação dos filhos.

No caso específico da P11, esta deixou de seguir todas as orientações profissionais e procurou o seu próprio meio de resolver a situação com a criança, a exemplo do seguinte relato: *"Então falei: Vai ser do meu jeito. Então mesmo quando ele tinha as crises, que eram bem feias mesmo, eu abraçava ele porque ele precisava disso"* (P11).

A criança adotada se torna estranha no ambiente familiar, pois já foi abandonada uma vez. Por essa razão Sequeira e Stella (2014) esclarecem que frequentemente a culpa é transferida à criança, justificada pela manifestação de comportamentos agressivos, isolamento e demais atitudes difíceis de resolver. Sendo assim, deve-se escutar o que a criança diz nas entrelinhas dos comportamentos apresentados por ela, já que comumente, a criança adotiva testa o vínculo com os novos pais e apresenta determinados comportamentos no intuito de certificar-se que não será devolvida, como forma de sentir-se segura.

Evidenciou-se a partir dos resultados que as principais dificuldades vivenciadas no estágio de convivência ou de adaptação dos pais adotivos e das crianças estiveram relacionadas a comportamentos como: pesadelos, agressividade, birras, gritos, choro ao ser contrariado, não aceitação das regras e ameaças de deixar a família. Esses comportamentos são abordados no estudo de Oliveira e Próchno (2010) como representantes de dificuldades de relacionamento, de estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis e significativos, assim como de expressão de afeto com quem se está vinculado.

### **Processo de vinculação entre a criança e os pais adotantes**

No tocante à vinculação afetiva com os filhos adotivos, nove participantes responderam que a proximidade aconteceu aos poucos. *"Uma criança adotiva...*

*não tem uma mágica que tu olha na criança e diz: - Ai, meu Deus! Ela já é minha filha, eu amo mais que tudo na vida. Não, não é assim que funciona. Existe uma adaptação, se tu leva nove meses para um filho biológico, uma criança adotiva que já chega com uma aversão a ti, tu vai levar um período maior"* (P9 e P10). *"Não tem um dia assim, um ano que a gente se sentiu mais próximo deles... foi gradativo"* (P7 e P8). *"Então... eu fui achando o meu jeito e o jeito dele... eu nem sei em que momento aconteceu isso... Quando eu vi as coisas estavam harmônicas... É um processo construído. Esse vínculo vai sendo construído aos poucos"* (P11).

No caso de P11, o fato da criança ser afetuosa, facilitou a aproximação da mãe e a resolução dos problemas iniciais. A criança, mesmo com as dificuldades do início do estágio de convivência, apresentava muito medo de se afastar da mãe adotiva. *"Ele tinha muito medo, medo de ficar longe de mim. Mas ali... ele sabia que seria um porto seguro... foi tão difícil no começo que ali se fortaleceu, sabe"* (P11). O período de maiores dificuldades com os filhos adotivos foi entre dois e seis meses de convivência, conforme apontado por todos os envolvidos neste estudo.

Cinco dos pais entrevistados (P5 e P6; P9 e P10; P11) relataram que a relação estabelecida com os filhos adotivos é como a relação de pais e filhos naturais. *"É a nossa filha! E a gente sente que somos os pais dela, a gente se sente dela"* (P5 e P6). *"Ainda é uma relação de descoberta, mas é muito forte, às vezes acho que a gente vira um só... como não sou mãe biológica, não sei se teria diferença"* (P11). *"Eu conheço como a palma da minha mão, sei direitinho quando estão mentindo, quando estão inventando, quando um bateu ou não bateu, eu conheço eles muito bem. Então já são filhos mesmos"* (P9 e P10).

Observa-se nos relatos dos pais que o vínculo afetivo foi sendo construído de forma gradativa; o que também, se pode esperar na parentalidade biológica. Todavia, o histórico da adoção tem suas peculiaridades. Segundo Andolfi (2002), os estudos sobre o apego ressaltam que as condições de perda sofridas pela criança adotada têm repercussões traumáticas sobre o seu desenvolvimento psicoafetivo; o que pode influenciar em modalidades disfuncionais de apego com as novas figuras de vinculação. Para isso, é importante que os pais adotivos estabeleçam com seus filhos canais de comunicação verbais e emocionais que confirmem à criança o reconhecimento de sua história, seu nome e cultura de origem. Isto permitirá um grau de aceitação e de confiança maior por parte daqueles que decidiram tomar conta delas (Schettini, Amazonas & Dias, 2006).

Segundo Bowlby (1976) a presença afetiva e efetiva de um adulto cuidador no desenvolvimento e na satisfação das necessidades imediatas de alimentação, higiene, calor, abrigo e proteção constitui-se o alicerce para as capacidades afetivas, de personalidade e de inteligência para a formação da criança. Desse modo, atender às necessidades dos filhos com paciência e afeto é um aspecto importante para a vinculação afetiva entre pais e filhos, resultando no senso de pertença e formando a confiança básica da criança com a nova família (Fernandes, & Araújo, 2012; Bento, 2008).

### **Expectativas em relação ao convívio com a criança**

Algumas das expectativas evidenciada nos pais adotantes foram o desejo de que seus filhos sejam pessoas de boa índole, bem-sucedidos profissionalmente e que possam lidar de forma assertiva com o seu passado, conforme ilustrações a seguir:

*“Ter uma boa índole. Todas as noites nas orações espontâneas nós falamos pra nunca entrarem no mundo das drogas, respeitar as pessoas, serem humildes, serem responsáveis (...). Eu acredito que os ensinamentos nossos farão a diferença lá na frente” (P3 e P4).*

*“Nós temos o desejo de dar aquilo que a gente não conseguiu. A gente não pôde estudar (...), que ela continue estudando, que ela faça uma faculdade, né? Eu vou fazer o possível pra dar pra ela. É o sonho dela (P6 e P5).”*

*“A minha preocupação com ele, é que ele seja uma criança que saiba perdoar. Tanto o fato de ter tido um abandono, que ele saiba perdoar a ela, e a mim pelos erros, né... Eu sempre me cobro mais, porque ele já passou por uns bons bocados, então eu sempre acho que eu tenho que me acertar” (P11).*

Alguns relatos, principalmente evidenciados em P3 e P4 refletem o receio que comumente os pais adotantes têm em relação aos aspectos hereditários que a criança adotiva possa trazer consigo. Para Marchetto (2010), Oliveira & Reis (2012), Sequeira & Stella, (2014), a ilusão da transmissão hereditária de aspectos negativos de personalidade acontece por fantasias relacionadas à problemática pelo uso de drogas, álcool ou envolvimento com a criminalidade. Para os autores, esses medos são frutos do desconhecimento e preconceito que geram uma associação errônea entre adoção e o fracasso.

Para tanto, os pais utilizam-se de estratégias como a oferta de boa formação acadêmica aos filhos, orientação

de cunho religioso como forma de transmitir os valores da família, bem como mostrando aos filhos a realidade sobre suas reais condições socioeconômicas.

## **Considerações Finais**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o processo de vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva dos pais adotantes. Por sua vez, a Teoria do Apego oportunizou apontamentos reflexivos ao considerar que o processo de vinculação de crianças adotadas pudesse ser compreendido com base na formação inicial dos laços afetivos e a implicação de tais representações para o curso do desenvolvimento; além de apontar para os aspectos relacionais entre pais e filhos que se estabeleceram após a formação de uma nova história familiar.

Em relação aos aspectos metodológicos adotados, a pesquisa qualitativa permitiu aprofundar a temática estudada, na medida em que possibilitou identificar e interpretar os significados atribuídos à vinculação afetiva de crianças adotadas na perspectiva dos participantes. Quanto às limitações do estudo aponta-se a dificuldade de encontrar pais adotivos de crianças entre 2 a 6 anos que haviam adotado há um ano até cinco anos atrás, na região sul do litoral catarinense.

Constatou-se que grande parte dos entrevistados optou pela adoção dada a dificuldade das mães de engravidar e manter a gravidez, em decorrência de abortos espontâneos. Além disso, também esteve presente a decisão de adotar por motivos altruístas. No entanto, evidencia-se a relevância no aprofundamento de questões relacionadas ao luto decorrente da esterilidade, bem como o preparo psicológico para o processo de parentalidade.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos pais na convivência com os filhos, emergiram questões quanto ao cumprimento de regras, padrões familiares de educação e falta de apoio social. Acerca disto, aponta-se que independente da questão adotiva ou biológica, espera-se que a chegada dos filhos no sistema familiar traga novas formas de funcionamento, desafios e, sobretudo, aprendizagens.

Salienta-se que somente dois casais passaram pelo período de adaptação com a criança estipulado pelo Fórum. Independente desta questão, no que tange ao processo de vinculação entre pais e filhos, os participantes relataram que o vínculo vai se construindo gradativamente e que ao conhecer o filho no decorrer do tempo, vai se consolidando a afetividade entre ambos. É importante destacar que os pais reconheçam e confirmem ao filho sua história e

cultura de origem; o que implicará numa vinculação mais acolhedora e segura na relação parental-filial.

Além disso, as expectativas que os pais referiram quanto ao convívio, pautaram-se na preocupação de que os filhos sejam bem-sucedidos futuramente e de boa índole. Observa-se de forma implícita, o receio da transmissão hereditária de aspectos negativos de personalidade; e com isso, a reprodução de mitos acerca da adoção. Para tanto, denota-se a importância de se repensar o processo de adoção e suas implicações pessoais e sociais. Apesar das evidências científicas que permeiam a temática, bem como das campanhas educativas de veiculação pública, ainda é muito presente a existência de mitos e desconhecimentos sobre a adoção. Com isto, aponta-se a necessidade de criar espaços de acolhimento e suporte psicológico aos pais em todo o processo, não apenas em fila de espera; e ainda, incitar a realização de movimentos sociais que possam conscientizar e esclarecer a comunidade em geral, a respeito da adoção e suas peculiaridades; com o intuito de desmistificar

os preconceitos presentes e garantir o direito à convivência familiar e social às crianças e adolescentes, independentemente da consanguinidade e de sua herança genética.

A vivência grupal e o compartilhar de sentimentos, expectativas, medos e angústias, através de encontros programados com suporte psicológico é de fundamental importância no processo. Isto, porque pode auxiliar os futuros pais na busca de maior clareza quanto às reais motivações conscientes e inconscientes de suas escolhas e aprofundar questões relacionadas ao exercício da parentalidade e de âmbito familiar, durante a espera do filho.

Em vista disso, sugere-se a continuidade de pesquisas que aprofundem o conhecimento voltado à visão dos genitores sobre a adoção, seus sentimentos e medos, a caracterização dessa população e dos fatores relacionados ao moroso processo de espera pela adoção de crianças, bem como do processo de vinculação com a mesma. Também sugere-se estudos quantitativos nessa perspectiva com amostras de diferentes regiões do país.

## Referências

- Ainsworth, M. D. S. (1989). *Attachments beyond Infancy*. *American Psychologist*, 44, 709-716.
- Alexandre, D. T., Vieira, M. L. (2004). Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Psicologia em Estudo*, 9, (2), 207-217.
- Alves, G. F. (2011). *Adoção no Brasil à luz do Neoconstitucionalismo*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil.
- Andolfi, M. (2002). *A crise do casal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Barbosa, L. E. P. (2006). *Adoção tardia: Mitos e realidade*. (Trabalho de conclusão de curso), Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, Brasil.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bento, R. (2008). Família substituta: uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia. *Psicologia: Teoria e Prática*, 2 (10), 202-214.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Loureiro, S. R. (2011). Práticas educativas parentais e repertório comportamental infantil: comparando crianças diferenciadas pelo comportamento. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 21 (48), 61-71.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: parent-child attachment and healthy human development*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1976). *Child care and the growth of love*. London: Penguin Books.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2 (1), 68-80.
- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do adolescente nº 8069*. Brasília: DF.
- Brasil (2012). Conselho Nacional de Justiça. *Mais de 37 mil jovens vivem em abrigos. 2012*. Acessado em 18 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/58289-mais-de-37-mil-jovens-vivem-em-abrigos>>.
- Brasil. (2013). Secretaria Jornal do Senado (Ed.). Por amor e pela criança em Discussão: *Revista de audiência pública do Senado Federal*, 1(13), 5-14.
- Brasil (2017). Cadastro Nacional de Adoção (CNA). *Adoções realizadas em 2016*. Acessado em 08 de outubro de 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84325-cadastro-nacional-de-adocoes-1-226-adocoes-realizadas-em-2016>>.
- Brasil. (2006). Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. (2006). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF.
- Cavalcante, L. I. C., & Magalhães, C. M. C. (2012). Relações de apego no contexto da institucionalização na infância e da adoção tardia. *Psicologia Argumentos*, 30, 68-75.
- Fernandes, D. A., & Araujo, J. N. (2012) *Análise do rompimento de vínculo em um processo de adoção: um estudo de caso*. (Trabalho de conclusão de curso) Centro Universitário Católico Salesiano, São Paulo, Brasil.
- Ghirardi, M. L. A. M. (2008). A devolução de crianças e adolescentes adotivos sob a ótica psicanalítica: uma reedição de histórias de abandono. *II Seminário de pesquisa do programa de pós-graduação em psicologia escolar e do desenvolvimento – USP*. Acessado em: 17 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.ip.usp.br/psa/images/stories/progpospsa/PSACD/0068.pdf>>.

- González-Rey, F. L. (2002). *Pesquisa qualitativa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Huber, M. Z., & Siqueira, A. C. (2010). Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. *Psicologia: Teoria e Prática*, 2 (12), 200-216.
- Leite, V. A., & Angeluci, C. A. (2006). Considerações acerca dos entraves à efetivação da adoção no cenário jurídico brasileiro. *Revista do Curso de Direito*, 1, 237-247.
- Levinzon, G. K. (2006). A Adoção na Clínica Psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. *Mudanças: Psicologia da Saúde*, 1 (14), 24-31.
- Marchetto, M. V. (2010). *Mudanças no ciclo de vida familiar a partir da adoção*. (Trabalho de conclusão de curso), Familiare Instituto Sistêmico, Florianópolis, Brasil.
- Mariano, F. N., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2008). Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21, 11-19.
- Marquezino, G. M. S., & Araújo, J. (2014). Uma análise da inserção do programa de aceleração do crescimento (PAC) no Distrito de Itambaí/Itaboraí-RJ e suas implicações no contexto socioambiental. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 3 (2), 54-78.
- Mendes, C. L. P. C. (2007). *Vínculos e ruptura na adoção: do abrigo para a família adotiva*. (Dissertação de Mestrado) - Curso de Psicologia, Departamento de Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Oliveira, E. M. P., & Reis, A. P. N. (2012). Adoção tardia: um estudo sobre o perfil da criança estabelecido pelos postulantes à adoção. *Rev: Revista Jurídica UNIARAXÁ*. Acessado em 12 de junho de 2015. Disponível em: <<http://www.uniaraxa.edu.br>>.
- Oliveira, M. L. S., Magalhães, C. M. C., & Pedrosa, J. S. (2013). Família adotante: estudo de caso de adoção tardia. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 5 (9), 22-36.
- Oliveira, S. V., & Prochno, C. C. S. C. (2010). A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30 (1), 62-84.
- Ramires, V. R.R., & Schneider, M. S. (2010). Revisitando alguns conceitos da teoria do apego: comportamento versus representação? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(1), 25-33
- Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, G., Costa, N. R. A., Guimarães, L. A., Mariano, F. N., Teixeira, S. C. P., & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (2), 390-399.
- Santos, C. P., Fonseca, C. M. S. M. S., Fonseca, M. C. S. M., & Dias, C. M. S. B. (2011). *Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência*. *Rev. Psicologia Teoria e Prática*, 13 (2), 89-102.
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. A., & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11 (2), 285-293.
- Sequeira, V. C., & Stella, C. (2014). Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 1 (16), 69-78.
- Silva, C. L. (2011). *Processo de Filiação: um estudo de adoção de dois irmãos maiores*. (Dissertação de Mestrado). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, Brasil.
- Silva, C. D. L., Denardi, R. C., Becker, A. P. S., & Delvan, J. S. (2015). A Psicologia nos serviços de acolhimento institucional e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10 (1), 55-65.
- Sonego, J. C. *A experiência da maternidade em mães adotivas*. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Rev Saúde Pública*, 39(3), 507-14.

**Recebido: 28/12/2017 / Corrigido: (sem necessidade de ajustes) / Aprovado: 13/02/2018**